DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Geanne Gonçalves dos Santos[1]
Catia Silvana da Costa[2]

Palavras-chave: Educação antirracista. Relações étnico-raciais. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Formação docente. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A educação para as relações étnico-raciais constitui componente fundamental no enfrentamento das desigualdades raciais e na promoção da justiça social, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004). Além disso, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 (Brasil, 2003, 2008) estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo da Educação Básica brasileira.

Nesta pesquisa, a motivação emerge de vivências da primeira autora na Educação Básica, nas quais a ausência da temática étnico-racial no currículo foi uma constante. Foram testemunhadas cenas de racismo e discriminação que permaneceram invisibilizadas no cotidiano institucional, evidenciando lacunas históricas na implementação de práticas pedagógicas antirracistas. Nascimento (1989, p. 21) denuncia que, desde o período colonial, esses grupos têm sido vítimas de um "genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso". Gonçalves e Silva (2003) afirmam que a escola tem papel central na desconstrução dessas lógicas excludentes e na promoção de uma educação comprometida com a equidade e com o reconhecimento da diversidade étnico-racial como riqueza formadora da identidade nacional.

Diante desse cenário, o objetivo geral consiste em identificar os desafios e as potencialidades na implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como processo contínuo de educação para as relações étnico-raciais nas práticas pedagógicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O referencial teórico fundamenta-se em Gomes (2005, 2010, 2012, 2017),

[1] Licenciada em Pedagogia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) Campus São Sebastião, Brasil.
[2] Docente do IFB Campus São Sebastião, Brasil.

Cavalleiro (2001), Gonçalves e Silva (2003), Munanga (2005) e documentos oficiais. A análise dos dados foi organizada em dois eixos: o primeiro concentra-se nos desafios da implementação — formação docente insuficiente, resistência institucional e cultural, e recursos didáticos inadequados; e, o segundo, evidencia estratégias e práticas pedagógicas exitosas.

BASES TEÓRICAS: DA INVISIBILIDADE À VALORIZAÇÃO

O sistema educacional brasileiro ainda é marcado por uma lógica eurocêntrica e monocultural que invisibiliza os saberes e as contribuições dos povos afro-brasileiros e indígenas (Munanga, 2005). Para Silva (2021, p. 7), "o currículo eurocentrado é um dos responsáveis pela propagação e perpetuação de uma ideologia racista". Gomes (2005) complementa que a valorização da diversidade étnico-racial exige a reformulação das práticas pedagógicas, dos materiais didáticos e da formação docente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciaram disparidades históricas: enquanto 37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos frequentavam a educação, com 29,7% no ensino superior, as pessoas de cor preta ou parda apresentavam taxa de escolarização de 28,8%, com apenas 16,1% no ensino superior (Brasil, 2020).

No âmbito dos marcos legais, a Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de Educação Básica e, a Lei 11.645/2008, ampliou essa obrigatoriedade ao incluir o ensino da história e cultura indígena. As DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmam a diversidade cultural como eixo transversal do currículo. Pimentel, Rosário e Costa (2021) ressaltam que os desafios vão desde as formulações curriculares das secretarias de educação até a gestão escolar e a formação docente.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa (Minayo, 2014) e com uso do método bibliográfico (Gil, 2019), analisa artigos, teses, dissertações e documentos oficiais por meio da técnica análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), cujas principais fontes utilizadas seguem apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Fontes bibliográficas utilizadas na pesquisa

Autores	Títulos	Anos	Temas trabalhados
Nilma Lino Gomes	Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos	2012	Descolonização curricular e educação antirracista
Eliane Cavalleiro	Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola	2001	Racismo na educação infantil e anos iniciais
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais	2003	Formação docente para relações étnico-

			raciais nos anos iniciais
Kabengele Munanga	Superando o racismo na escola	2005	Estratégias pedagógicas antirracistas

Fonte: Organizado pelas autoras.

O material foi organizado em dois eixos principais de análise. O primeiro eixo concentra-se nos desafios enfrentados para a implementação das leis, subdividido em três categorias: formação docente insuficiente, resistência institucional e cultural, e recursos didáticos inadequados. O segundo eixo aborda as estratégias e práticas pedagógicas exitosas, evidenciando caminhos possíveis para a superação dos obstáculos identificados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em relação aos desafios enfrentados para a implementação das leis, o material coletado demonstrou que a formação inadequada dos professores constitui um dos principais obstáculos para a implementação efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. De acordo com o Sinprosasco (2022), há relatos de professores que se sentem desconfortáveis para tratar das relações étnico-raciais por não sentirem domínio do tema. Nóvoa (2017, p. 1115) afirma que "a realidade geral do campo da formação de professores é frágil". Mota (2021) demonstra que, embora a maioria dos educadores afirme trabalhar com história e cultura africana e afro-brasileira, parcela significativa justifica a ausência ou superficialidade da abordagem pela falta de confiança e conhecimento. Quando a temática é trabalhada, frequentemente limita-se a atividades pontuais em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, sem integração efetiva ao currículo. Essa prática fragmentada contradiz as DCNs (Brasil, 2004), que preconizam uma abordagem transversal e interdisciplinar das questões étnico-raciais.

A resistência institucional às leis étnico-raciais manifesta-se na significativa distância entre a intenção legal e a ação concreta. Santos *et al.* (2024) observam que, embora a legislação determine a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e a maioria dos docentes compreenda sua importância, têm faltado práticas concretas e efetivas. A concentração das atividades no Dia da Consciência Negra contribui para a exotização da negritude e a construção do diferente como outro e distante (Coelho; Coelho, 2018). Essa resistência está enraizada no racismo estrutural que, segundo Almeida (2019, p. 50), decorre “[...] da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares". No contexto educacional, as escolas reproduzem hierarquias raciais por meio da naturalização de currículos eurocêntricos e da invisibilização de epistemologias afro-brasileiras.

Os recursos didáticos utilizados nas escolas frequentemente reproduzem visões eurocêntricas e estereotipadas. Silva e Bezerra (2018) evidenciam que o continente africano ainda é abordado de modo superficial, apresentando as regiões mais precárias, baseando-se no ideário da cultura europeia. As atividades propostas muitas vezes reduzem a diversidade dos povos a elementos superficiais como culinária, vestimentas e danças típicas, sem problematizar as relações de poder e os processos históricos de colonização. Silva (2005) alerta que essa abordagem paradoxalmente

pode fortalecer preconceitos, ao apresentar essas culturas como exóticas e distantes da realidade dos estudantes. Gomes (2017) destaca que incorporar a estética negra, a valorização da corporeidade afro-brasileira e os conhecimentos político-identitários construídos nas lutas por emancipação é essencial para uma educação verdadeiramente antirracista e descolonizadora.

No tocante às estratégias e práticas pedagógicas exitosas, a implementação efetiva das leis demanda uma abordagem que ultrapasse as fronteiras das disciplinas tradicionais. Gomes (2012b) evidencia que o currículo que incorpora a diversidade étnico-racial possibilita aos estudantes o reconhecimento de suas identidades e a compreensão crítica das relações raciais na sociedade brasileira. Para Cruz (2022), a superação do que denomina "epistemicídio" — o silenciamento dos conhecimentos vindos dos povos africanos — exige não apenas a inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena, mas fundamentalmente a valorização e incorporação dos saberes ancestrais historicamente marginalizados.

Gomes (2017) destaca que o Movimento Negro atua como educador ao construir e disseminar saberes identitários, políticos e estético-corpóreos que se constituem como formas de resistência ao racismo epistêmico. A adoção de abordagens interdisciplinares e transversais, que integra os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e indígena a todas as áreas do conhecimento, mostrou-se fundamental para superar a fragmentação curricular. Igualmente importantes são as ações formativas continuadas que preparem os professores com embasamento teórico-metodológico para desenvolver abordagens críticas e contextualizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas práticas pedagógicas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os principais desafios identificados foram: a formação docente insuficiente, que deixa os professores inseguros para abordar questões étnico-raciais; a resistência institucional e cultural, que se manifesta na limitação das discussões a datas comemorativas; e a inadequação dos recursos didáticos, que reproduzem visões eurocêntricas e estereótipos. A insegurança dos docentes não resulta de escolhas individuais, mas de lacunas sistemáticas nos currículos de licenciatura e na oferta de formação continuada.

A efetivação dessas leis demanda transformações estruturais: incorporação aprofundada das relações étnico-raciais nos currículos de licenciatura, oferta sistemática de formação continuada, revisão dos materiais didáticos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e compromisso institucional das escolas como processo permanente e transversal. Como afirma Gomes (2017), a diversidade étnico-racial não é um problema a ser resolvido, mas uma riqueza a ser valorizada. Nesse sentido, a implementação efetiva das referidas leis representa não apenas o cumprimento de uma obrigação legal, mas um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei n.º 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 34, e200850, 2018.

CRUZ, Rayane. **Educação antirracista e a prática docente.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – UFPB, João Pessoa, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7.ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. *In:* BRASIL. **Educação anti-racista.** Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 36, n.º 3, p. 607-620, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras,** v. 12, n.º 2, p. 385-391, 2012b.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Educação das relações étnico-raciais no Brasil. *In:* BRASIL. **Diversidade étnico-racial na educação.** Brasília: MEC/SECAD, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 42.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2.ª ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro.** 5.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 47, n.º 166, p. 1106-1133, 2017.

PIMENTEL, Thalita Pereira; ROSÁRIO, Maria José Albuquerque; COSTA, Jean Nunes Lima. A Lei 10.639/03 como política pública educacional. *In:* LOBATO, G. D. D. (org.). **Educação e as relações étnico-raciais.** Aracaju: Editora Científica Digital, v. 2, 2021. p. 158-175.

SANTOS, Sandra Ferreira Siqueira. A (in)visibilidade da formação continuada para as relações étnico-raciais. **Revista da ABPN,** Goiânia, v. 10, ed. especial, p. 662-675, 2018.

SILVA, Marcelo. Da educação eurocêntrica à educação antirracista: uma introdução. **Dialogia,** São Paulo, n.º 37, p. 32-45, 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Educação, Porto Alegre, v. 30, n.º 3, p. 489-506, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 34, n.º 69, p. 123-150, 2018.

SILVA, Sheila Ramos; BEZERRA, Maria Irenilce Silva. História e cultura afro-brasileira nos livros didáticos. **Anthesis,** Rio Branco, v. 5, n.º 10, p. 06-21, 2018.

.